

# Gaspar põe ordem nas contratações da Função Pública

» **NOVO SISTEMA** Direcção-Geral tutelada pelas Finanças passa a controlar todas as entradas, saídas e salários do pessoal

» **PENALIZAÇÕES** Serviços que não prestem informação perdem 10% do orçamento e não podem adquirir bens ou serviços

A DIRECÇÃO-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) vai ter poderes reforçados na gestão de pessoal do Estado. O novo sistema de Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOD) foi instituído esta semana e todos os serviços públicos vão ter de prestar informação adicional ao organismo tutelado pelo Ministério das Finanças. Quem não cumpra as novas regras, perde 10% do orçamento.

O novo sistema vai aplicar-se a todos os serviços integrados ou autónomos do Estado central, bem como a autarquias e governos regionais. A DGAEP vai passar a receber informações detalhadas, trimestral ou semestralmente, consoante o tipo de informação, sobre todas as entidades públicas e os seus recursos humanos.

Será detalhado o número de trabalhadores, o tipo de contrato, a carreira ou cargo ocupado, o nível de escolaridade e a idade. Os serviços vão também ser obrigados a fornecer informações sobre «fluxos de entrada e saída» e «dados sobre remunerações, suplementos, subsídios, benefícios, gratificações e outros abonos em numerário».



Ministro das Finanças com poder reforçado

Recorde-se que o Orçamento do Estado para 2012 impõe o congelamento de recrutamento de pessoal. O mesmo já havia sucedido este ano, mas vários serviços acabaram por não cumprir as restrições de admissão de novos funcionários. O novo sistema de gestão de pessoal dará ao Ministério tutelado por Vítor Gaspar uma ferramenta mais completa de controlo das entradas.

Uma das consequências da entrada em funcionamento do SIOD são penalizações para os serviços que não obedecem às novas imposições. O incumprimento das regras do novo sistema implica a retenção de 10% da dotação orçamental ou das transferên-

cias do Orçamento do Estado para o serviço em causa. Além disso, o Ministério das Finanças não validará qualquer processo relativo a recursos humanos ou aquisição de bens e serviços por esse organismo.

O novo sistema da DGAEP resulta de uma imposição da *troika*. No Memorando de Entendimento assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, o Estado português assumiu o compromisso de melhorar o reporte de informação sobre as administrações públicas, nomeadamente das que se prendem com os recursos humanos.

João Paulo Madeira